

Aprovado,
O Presidente da Câmara,

digitalsign

Assinado por: Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpao Dos Santos

Certificado Digital Qualificado - Representação
Documento Assinado Eletronicamente
Esta assinatura eletrónica substitui a assinatura manuscrita na UE



MUNICÍPIO DE POMBAL
CÂMARA MUNICIPAL

CADERNO DE ENCARGOS

**“AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR EDUCAÇÃO
INCLUSIVA - LOTE A4 | ANO ESCOLAR 2024/2025 – PROCESSO Nº
15/2025/UCP/ADRG”**

(Procedimento nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, retificado nos termos da Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 de 28 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, alterado pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho) e alterado pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015 de 2 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 111-B/2017 de 31 de agosto, na atual redação).



CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

- Cláusula 1.^a - Designação do procedimento**
- Cláusula 2.^a - Objeto do fornecimento ou da prestação**
- Cláusula 3.^a - Local de execução**
- Cláusula 4.^a - Prazo de execução**
- Cláusula 5.^a - Preço base**
- Cláusula 6.^a - Pagamentos**
- Cláusula 7.^a - Cessão da posição contratual**
- Cláusula 8.^a - Casos fortuitos ou de força maior**
- Cláusula 9.^a - Segurança**
- Cláusula 10.^a - Garantia**
- Cláusula 11.^a - Proteção e tratamento de dados pessoais**
- Cláusula 12.^a - Sanções contratuais**
- Cláusula 13.^a - Especificações técnicas do bem ou serviço a fornecer**
- Cláusula 14.^a - Elementos a indicar, obrigatoriamente nas propostas**
- Cláusula 15.^a - Disposições legais aplicáveis**



Cláusula 1.ª

Designação do procedimento

Aquisição de serviço de transporte escolar educação inclusiva - Lote L4 | Ano escolar 2024/2025 – Processo n.º 15/2025/UCP/ADRG.

Cláusula 2.ª

Objeto do fornecimento ou da prestação

O objeto do contrato consiste, de acordo com as cláusulas técnicas do caderno de encargos, na aquisição de serviços de transporte escolar para os alunos com medidas adicionais no âmbito da educação inclusiva, residentes no Concelho de Pombal.

Cláusula 3.ª

Local de execução

Os serviços de transporte escolar de educação inclusiva terão entre a residência dos alunos do Lote A4, no concelho de Pombal, e o respetivo estabelecimento de ensino, conforme quadro anexo ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 4.ª

Prazo de execução

O prazo de execução é de 180 dias, com 107 dias de serviço.

Cláusula 5.ª

Preço base

1. Estima-se para o presente procedimento o valor base global de 12.604,60 € (doze mil, seiscentos e quatro euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base referido no ponto anterior ficou fixado através do preço atualizado do mercado obtido por consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A, e acordo com o n.º 3 do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), e observando integralmente os pressupostos do Artigo 45.º da NCI (Norma de Controlo Interno).



3. O preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações do presente contrato.
4. As propostas de valor superior ao preço base fixado serão excluídas, por força da disposição da alínea d) do n.º 2, do Artigo 70.º, do CCP.

Cláusula 6.ª

Pagamentos

1. Os pagamentos serão efetuados a 60 dias, contados da data de apresentação das faturas, sendo que serão pagos apenas os valores referentes aos alunos efetivamente transportados.
2. Não serão feitas retenções sobre os pagamentos, sem prejuízo do integral cumprimento do contrato.
3. O procedimento é contínuo e será executado na medida das reais necessidades que se verifiquem no ano letivo 2024/2025, até ao seu montante total ser atingido, sendo que o adjudicatário não poderá imputar à entidade adjudicante o pagamento de eventual número de quilómetros por percorrer.
4. Em caso de discordância por parte do Município de Pombal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. As faturas relativas aos serviços prestados deverão ser remetidas, em formato PDF, para o email fatura@cm-pombal.pt até ao dia 8 do mês seguinte, com indicação obrigatória dos alunos transportados, os dias do mês e o número de quilómetros percorridos por aluno e/ou conjunto de alunos.

Cláusula 7.ª

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.



2. Para efeitos de autorização prevista no número anterior, deve:
- a. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - b. A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, e, se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato;
 - c. Sem prejuízo de outros fundamentos de cessação do contrato previsto na lei, o Município de Pombal pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhes incumbem.

Cláusula 8.ª

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem



- como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 9.ª

Segurança

1. É da responsabilidade do adjudicatário a prestação do serviço em condições de segurança para as crianças a transportar, em cumprimento das regras do Código da Estrada e da legislação aplicável ao transporte de crianças.
2. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro adequados, toda a atividade (nomeadamente no risco da ocorrência de qualquer lesão da responsabilidade do prestador), produtos, pessoal e meios utilizados.
3. Na execução dos serviços que constituem o objeto do presente caderno de Encargos só poderão ser utilizados veículos adequados ao tipo de transporte, nomeadamente em termos de lotação e de características regulamentares, devidamente inspecionados e licenciados nos termos da legislação em vigor.



4. Existe a obrigatoriedade da aposição do dístico na viatura, a que se refere o ponto 4 do artigo 5º da Lei nº 13/2006, de 17 de abril.
5. O Município de Pombal pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro, licenças de atividade e certificados de inspeção, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 5 dias úteis.

Cláusula 10.ª

Garantia

1. O adjudicatário garantirá, sem qualquer encargo adicional para a entidade adjudicante, os serviços prestados, no prazo de execução indicado na Cláusula 4 do Caderno de Encargos.
2. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de mau serviço prestado, de uma utilização abusiva ou de negligência da entidade adjudicante, ação de terceiros, de caso fortuito ou de força maior, quando aplicável.
3. Em caso de anomalia detetada na prestação do serviço, o adjudicatário compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento dos honorários devidos se a anomalia resultar de facto não imputável ao adjudicatário, quando aplicável.

Cláusula 11.ª

Proteção e tratamento de dados pessoais

1. Proteção e tratamento de dados pessoais 1. O Adjudicatário compromete-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, transposto para a ordem jurídica nacional pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e após a sua cessação, designadamente:
2. O adjudicatário assegura utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente, para as finalidades previstas no contrato.



- a. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários no âmbito do contrato.
- b. Os dados pessoais são objeto de tratamento adequado, pertinente e estritamente necessário para a prossecução da finalidade indicada, garantindo que os dados inexatos serão apagados ou retificados sem demora.
- c. O adjudicatário não pode contratar outro subcontratante sem que a entidade adjudicante, como responsável pelo tratamento, tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica.
- d. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo adjudicatário é efetuado de acordo com as instruções da entidade adjudicante, como responsável pelo tratamento de dados, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso o responsável pelo tratamento desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público.
- e. O adjudicatário não pode copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
- f. O adjudicatário assegura que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
- g. O adjudicatário adota as medidas de segurança exigidas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos dados pessoais e implementa um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas.
- h. O adjudicatário adota as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda



acidental, a alteração, a difusão ou os acessos não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.

- i.O adjudicatário toma em conta a natureza do tratamento, e na medida do possível, presta assistência à entidade adjudicante através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos previstos no capítulo III, do RGPD, nomeadamente os direitos de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação, portabilidade dos seus dados pessoais, oposição e decisões individuais automatizadas.
- j.O adjudicatário presta assistência ao responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas nos artigos 32.º a 36.º, do RGPD, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor.
- k. O adjudicatário garante a eficácia de um mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no art.º 33, do RGPD;
- l.O adjudicatário deve apagar todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionada com o tratamento, apagando as cópias existentes, salvo se a conservação dos dados for exigida ao abrigo do direito da União Europeia ou da lei nacional.
- m. O adjudicatário disponibiliza à entidade adjudicante todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas no presente contrato e facilita e contribui para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela entidade adjudicante, como responsável pelo tratamento, ou por outro auditor por esta mandatado.
- n. O adjudicatário informa imediatamente a entidade adjudicante se, no seu entender, alguma instrução violar o presente regulamento ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados.
- o. Se o adjudicatário, como subcontratante, contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da entidade adjudicante, como responsável pelo tratamento, são impostas a esse outro subcontratante, por contrato ou outro ato normativo ao abrigo do



direito da União ou dos Estados-Membros, as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no contrato ou outro ato normativo entre o responsável pelo tratamento e o subcontratante, em particular a obrigação de apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento seja conforme com os requisitos do RGPD. Se esse outro subcontratante não cumprir as suas obrigações em matéria de proteção de dados, o subcontratante inicial continua a ser plenamente responsável, perante o responsável pelo tratamento, pelo cumprimento das obrigações desse outro subcontratante.

- p. Se o adjudicatário, em violação do RGPD, determinar as finalidades e os meios de tratamento, é considerado responsável pelo tratamento no que respeita ao tratamento em questão.
 - q. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.
3. O adjudicatário declara, sob compromisso de honra, que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.
4. Para os devidos efeitos, divulga-se o nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados do Município de Pombal: Bruno Miguel Abrantes de Campos e Castro, da empresa VisionWare (cf. Despacho n.º 182/2019, de 18/11/2019, do Presidente desta Câmara Municipal).

Cláusula 12.^a

Sanções contratuais

- 1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Pombal pode exigir do cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 0,5 % do preço contratual, até ao limite máximo de 20% do mesmo.
- 2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, o Município de Pombal pode exigir-lhe uma sanção pecuniária até 10 % do preço contratual.



3. Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
4. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Pombal exija indemnização por danos, eventualmente, causados, nos termos gerais de direito.

Cláusula 13.^a

Especificações técnicas do bem ou serviço a fornecer

1. A prestação de serviços para transporte dos alunos abrangidos por medidas adicionais de educação inclusiva será efetuada de acordo com as moradas dos alunos e respetivos estabelecimentos de ensino.
2. Os trajetos têm de ter em conta, obrigatoriamente, os horários escolares dos alunos (entrada e saída), nos dias úteis do calendário letivo, sendo necessária uma viagem no início da manhã (ida) e outra no final da tarde (regresso) conforme o horário de funcionamento do estabelecimento de ensino e horário da respetiva turma do aluno.
3. Os horários de cada aluno, e quaisquer alterações aos mesmos, serão comunicadas por email, após o seu envio pelos Agrupamentos de Escolas.
4. Os 107 dias de serviço mencionados anteriormente, são uma estimativa para o período de vigência do contrato, devendo a prestação dos serviços ocorrer de modo fracionado e de acordo com as indicações da entidade adjudicante, reservando-se o direito de não se adquirir a totalidade das prestações de serviços objeto do presente caderno de encargos.
5. Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, o transporte extingue-se sempre que por motivos alheios ao Município de Pombal, nomeadamente, a transferência de escola do aluno, ou outro motivo de força maior, que implique a extinção da necessidade do transporte, cessando o contrato sem que exista qualquer obrigatoriedade de indemnização do Município para com o prestador de serviço.
6. O prestador de serviços tem o dever de:



- a. Comunicar à entidade adjudicante, no prazo de 15 dias após a respetiva verificação, qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento da prestação dos serviços contratados.
- b. Cumprir os horários de entrada e saída dos alunos, sendo que a entrega antecipada ou atrasada dos alunos na escola e a sua recolha após o horário de saída, terá uma tolerância máxima de 15 minutos.
- c. **Comunicar à entidade adjudicante, através de uma descrição na fatura mensal, os quilómetros percorridos por semana.**
- d. Prestar à entidade adjudicante todas as informações que esta lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato.
- e. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 14.ª

Elementos a indicar, obrigatoriamente, nas propostas

1. A proposta deverá ser acompanhada de:
 - a. Certificado de motorista de transporte coletivo de crianças;
 - b. Licença para transporte coletivo de crianças emitidas pelo IMT;
 - c. Alvará para transporte táxi;
 - d. Certificado do registo criminal para trabalho com menores, do(s) motorista(s) da(s) viatura(s).

Cláusula 15.ª

Disposições legais aplicáveis



MUNICÍPIO DE POMBAL
CÂMARA MUNICIPAL

Designação do procedimento: “Aquisição de serviço de Transporte escolar educação inclusiva - Lote A4 | Ano escolar 2024/2025”

Processo n.º 15/2025/UCP/ADRG

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual, no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.